



Pessoas com Deficiência Trabalhando como Docentes na Educação Superior

*Maria Isabel do Nascimento¹, Emily Nelson Figueiredo², Juliana dos Santos Costa³,
Juliana Garcia Alves da Trindade⁴, Thiago Gomes de Oliveira⁵*

Resumo: O objetivo foi estimar a prevalência de pessoas com deficiência (PCD) trabalhando como docentes no ensino superior do Brasil, em 2018, descrevendo os tipos de deficiência e as áreas de atuação docente. Métodos: Os dados do ensino superior do Brasil foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados: A prevalência de docente PCD no ensino superior foi de 0,5% (1731/356.272). Os tipos de deficiência foram: física (48,44%), baixa visão (19,34%), auditiva (17,98%), surdez (9,24%), cegueira (3,97%), múltipla (0,74%), surdocegueira (0,23%) e intelectual (0,06%). A proporção de PCD foi menor na gestão ($p=0,026$), na pós-graduação presencial ($p<0,001$) e na pesquisa ($p<0,001$), nas instituições públicas. Nas instituições privadas, a frequência foi maior na gestão ($p<0,001$) e menor na graduação presencial ($p=0,026$). Conclusão: A prevalência de PCD trabalhando como docente do ensino superior foi baixa; a deficiência física foi a mais frequente; e, houve distribuição diferenciada segundo áreas de atuação.

Palavras-chave: Pessoas Com Deficiência. Docente. Educação Superior. Prevalência.

People with Disabilities Working as Professors in Higher Education

Abstract: The aim was to estimate the prevalence of people with disabilities (PCD) working as teachers in higher education in Brazil, in 2018, describing the types of disabilities and the areas of teaching activities. Methods: Data from higher education in Brazil were provided by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira. Results: The prevalence of PCD professors in higher education was 0.5% (1731/356,272). The types of disability were: physical (48.44%), low vision (19.34%), hearing (17.98%), deafness (9.24%), blindness (3.97%), multiple (0.74%), deafblindness (0.23%) and intellectual (0.06%). The proportion of PCD was lower in management ($p=0.026$), in postgraduate courses in attendance ($p<0.001$) and in research ($p<0.001$), in public institutions. In private institutions, the frequency was higher in management ($p<0.001$) and lower in on-site graduation ($p=0.026$). Conclusion: The prevalence of PCD working as a higher education teacher was low; physical disability was the most frequent; and, there was a differentiated distribution according to areas of activity.

Keywords: People with Disabilities. Teacher. College education. Prevalence.

¹ Graduação em Medicina, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado em Saúde Coletiva, pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciências - área Epidemiologia, pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ. Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense - UFF. ysamaria@uol.com.br;

² Acadêmica de Medicina do curso de graduação da Faculdade de Medicina - Universidade Federal Fluminense (UFF). emilyfigueiredo@id.uff.br;

³ Acadêmica de Medicina do curso de graduação da Faculdade de Medicina - Universidade Federal Fluminense (UFF). juliana.jsf@gmail.com;

⁴ Acadêmica de Medicina do curso de graduação da Faculdade de Medicina - Universidade Federal Fluminense (UFF). jgatrindade@id.uff.br;

⁵ Acadêmico de Medicina do curso de graduação da Faculdade de Medicina - Universidade Federal Fluminense (UFF). tgoliveira@id.uff.br.

Introdução

Pessoa com Deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Os anos 90 registraram alguns movimentos em favor da Pessoa com Deficiência, com particular enfoque nas políticas educacionais. A ampliação do acesso ao espaço educacional favoreceu o aumento de matrículas dessas pessoas no ensino regular e, por conseguinte, a entrada no ensino superior. O percurso educacional ampliado até o ensino superior, fortaleceu a formação profissional de Pessoas com Deficiência, com opção de escolhas que incluem a atividade docente (GIABARDO; RIBEIRO, 2017).

No Brasil, a regulamentação legal de apoio à Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho ocorreu em 1991, com a promulgação da Lei de Cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência - Lei Nº 8.213/1991 (BRASIL, 1991). O documento estabeleceu, entre outros, a obrigatoriedade, por parte das empresas, de preenchimento de 2% a 5 % dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou na categoria de Pessoa com Deficiência. Apesar da destinação obrigatória de vagas, outras questões relacionadas ao trabalho foram apenas tratadas mais recentemente no documento nomeado como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Este Estatuto trouxe a público, uma manifestação de compromisso com a dignidade das pessoas e a preocupação com os direitos humanos e necessidade de inclusão social da Pessoa com Deficiência (FARIAS; SOARES-JÚNIOR, 2020). Desse modo, acentuou-se a importância da confluência do papel ativo do Estado, da sociedade e das próprias pessoas com deficiência na luta pela garantia de direitos e avanço em direção à igualdade, de fato.

Nesse contexto de mudanças de abordagem e de acesso ao trabalho por Pessoa com Deficiência, o plano teórico experimentou um importante avanço legal. Porém, o cumprimento do que tem sido estabelecido carece de efetividade (PEREIRA; LELIS, 2016). De fato, ao revisar as políticas educacionais direcionadas à Pessoa com Deficiência, somente em 2004 (Lei de Acessibilidade), as normatizações legais abrangeram também o docente (BRASIL, 2004). Este Decreto determinou que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível deveriam proporcionar condições de acesso e permanência, bem como oferecer o arsenal necessário e ajudas técnicas para o desempenho das atividades escolares e administrativas em igualdade de condições, incluindo professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.

Apesar dos avanços em direção à inclusão social de Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho e das políticas educacionais direcionadas a estas pessoas, a literatura científica é escassa, especificamente, no que concerne à docência exercida por elas. Assim, para avançarmos nos questionamentos sobre as condições de trabalho, os obstáculos e as limitações enfrentadas por esse grupo de pessoas no contexto acadêmico, torna-se fundamental estabelecer o real dimensionamento da frequência de Pessoa com Deficiência na docência em Instituições de Ensino Superior. Assim, o estudo teve como objetivo analisar a frequência de Pessoa com Deficiência que trabalha na docência do ensino superior no Brasil, descrevendo o tipo de deficiência e as áreas de atuação do docente.

Material e métodos

Este é um estudo descritivo conduzido com informações do Censo do Ensino Superior gerenciadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (INEP, 2019), relativas ao ano de 2018. Na referida versão do censo, havia 2.537 instituições de ensino superior e 397.893 docentes vinculados às referidas instituições, no Brasil.

A população elegível para o presente estudo foi composta por todos os docentes registrados na base de dados do INEP, no ano de 2018 (INEP,2018). Os dados individuais dos docentes são fornecidos pelas próprias instituições de ensino onde os docentes trabalham. Os arquivos disponibilizados publicamente via *web* são não identificados e mantêm em completo anonimato os indivíduos abarcados pelo censo.

Quanto as variáveis selecionadas, além da gestão administrativa das instituições de ensino (pública x privada), a análise abrangeu quatro outros grupos: (i) características gerais dos docentes (sexo, idade, cor da pele, nacionalidade e escolaridade; (ii) características relativas ao tipo de deficiência (cegueira, baixa visão, surdez, auditiva, física, surdocegueira, múltipla e intelectual); (iii) áreas de atuação do docente nas atividades universitárias mesuradas de modo independente (Ensino a Distância - EAD, extensão, gestão, graduação presencial, Pós-Graduação à Distância, Pós-Graduação Presencial, Sequencial e Pesquisa); e, (iv) áreas de atuação agrupadas considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como atividades de gestão, constituindo as variáveis rotuladas como: Quatro áreas (ensino, pesquisa, extensão e gestão); Três áreas (ensino, pesquisa e extensão); Duas áreas (ensino e pesquisa); e Uma área (Ensino de graduação presencial e/ou Ensino de graduação à distância).

A análise de dados consistiu de estatística descritiva das distribuições relativas e absolutas e de medidas de tendência central e de dispersão. A verificação de diferenças de médias e de proporções foi feita com a aplicação do teste *t* de *student* e do teste do quiquadrado, respectivamente, considerando o erro alfa de 5%.

O estudo segue as Diretrizes Internacionais para Desenvolvimento de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CONEP/Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012), foi desenvolvido com dados não identificados fornecidos publicamente via *web* pelo INEP, e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição sede em 7 de agosto de 2019 com parecer número 3.490.540.

Resultados

Em 2018, havia 397.893 docentes vinculados ao ensino superior no Brasil. Este estudo se restringiu a 356.272 observações com informações completas autodeclaradas sobre a presença ($n=1731$) ou ausência ($n=354.541$) de algum tipo de deficiência. No geral, a proporção de docentes com vínculo em Instituições de Ensino Superior de administração pública ou de administração privada foi, respectivamente, 41,5% e 58,5%. A média de idade geral dos docentes foi 44,6 anos (desvio padrão de 10,9 anos) e a mediana foi de 43 anos. Os docentes com alguma deficiência apresentaram média de idade mais elevada e estatisticamente significativa (48,6 anos x 44,5 anos), comparando aos demais docentes.

Em 2018, a prevalência de Pessoa com Deficiência na docência do ensino superior no Brasil foi de 0,5% e estas pessoas estavam distribuídas de forma igualitária ($p=0,491$) nas instituições de administração pública (733/147.968) quanto nas de administração privada (998/208.304). Contudo, nas duas esferas administrativas houve menor representação de mulheres como Pessoa com Deficiência atuando na docência e maior representação dessas pessoas de faixas etárias mais elevadas (50 a 69 anos e 70 e mais anos), comparando aos outros docentes. A distribuição por cor da pele mostrou uma proporção diferenciada nas instituições públicas, mas não nas privadas, comparando aos outros docentes (Tabela 1).

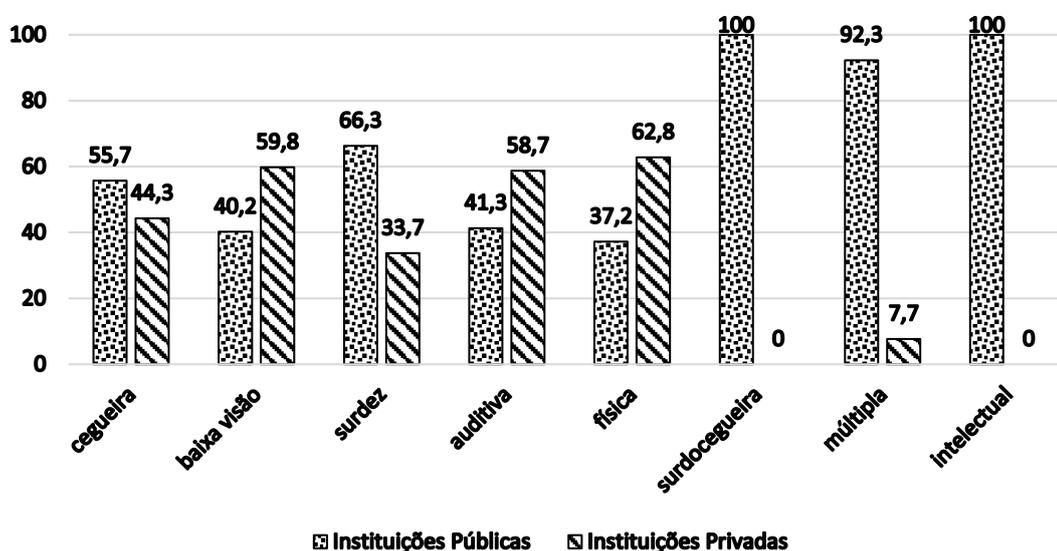
Tabela 1. Características gerais dos docentes segundo a condição de Pessoa com Deficiência e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior, Brasil, 2018.

	Total de Docentes		Docentes da Instituição Pública			Docentes da Instituição Privada		
	PCD [§]	Outros	PCD [§]	Outros	Valor de p*	PCD [§]	Outros	Valor de p*
	1.731	354.541	733	147.235		998	207.306	
Sexo	0,009					<0,001		
Feminino	694	164.839	40,6	45,4		39,7	47,2	
Masculino	1.037	189.702	59,4	54,6		60,3	52,8	
Idade[†]	0,002					<0,001		
<30	46	19.078	3,7	4,7		1,9	5,9	
30 a 49	881	223.249	55,1	60,8		47,8	64,5	
50 a 69	753	105.908	39,3	33,1		46,6	27,6	
70 e +	51	6.306	1,9	1,4		3,7	2,0	
Cor da pele^{††}	0,003					0,172		
Branco	1.102	198.608	66,9	72,5		78,6	76,7	
Não branco	384	65.390	33,1	27,5		21,4	23,3	
Nacionalidade	0,431					0,365		
Brasileira	1.706	349.356	98,4	97,7		98,7	99,1	
Brasileira [‡]	7	1.260	0,5	0,6		0,3	0,2	
Estrangeira	18	3.925	1,1	1,7		1,0	0,7	
Escolaridade	<0,001					0,002		
Sem graduação	0	20	0,0	0,1		0,0	0,1	
Graduação	24	3.066	3,0	1,9		0,2	0,1	
Especialização	448	63.010	20,5	8,5		29,9	24,3	
Mestrado	660	143.845	27,3	27,4		46,1	49,9	
Doutorado	599	144.600	49,2	62,1		23,8	25,6	

Fonte: INEP. [§]Pessoa Com Deficiência. *Erro alpha de 5%. [†]Idade em anos. ^{††}Restrito a 265.484 observações com informações completas sobre cor da pele. [‡]Pessoa nascida no exterior ou naturalizada

No quadro de professores do ensino superior do Brasil, os tipos de deficiência reportados pelo censo, em ordem de frequência, foram: física (854/1.763), baixa visão (341/1.763); auditiva (317/1.763), surdez (163/1.763), cegueira (70/1.763), múltipla (13/1.763), surdocegueira (4/1.763) e intelectual (1/1.763). As 8 diferentes categorias de deficiência foram encontradas nas instituições públicas. Por outro lado, não houve representação da deficiência intelectual e da surdocegueira na esfera privada (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição percentual dos diferentes tipos de deficiências reportadas pelos docentes do ensino superior, segundo categorias administrativas das instituições de ensino, Brasil, 2018.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Na administração pública, havia Pessoa com Deficiência trabalhando em todas as áreas de atuação, exceto nos cursos sequenciais e na pós-graduação à distância, mas estavam ausentes apenas nesta última pertencente à esfera privada. Comparando aos outros docentes, houve menor proporção de Pessoa com Deficiência atuando na gestão ($p = 0,026$), na pós-graduação presencial ($p < 0,001$) e na pesquisa ($p < 0,001$) da esfera pública. Nas instituições privadas, há maior proporção desses docentes trabalhando na gestão ($p < 0,001$) e menor proporção trabalhando na graduação presencial ($p = 0,026$), comparando aos demais docentes (Tabela 2).

Tabela 2. Pessoas com Deficiência trabalhando na docência do ensino superior, segundo área de atuação individualizada, Brasil, 2018.

	Total de docentes		Docentes de instituição pública			Docentes de instituição privada		
	PCD ^s	Outros	PCD ^s	Outros	Valor de p [*]	PCD ^s	Outros	Valor de p [*]
À distância					0,571			0,779
sim	91	17.842	4,1	3,7		6,4	6,2	
não	1.564	324.734	95,9	96,3		93,6	93,8	
Extensão					0,765			0,165
sim	482	95.083	34,6	34,1		25,3	23,4	
não	1.173	247.493	65,4	65,9		74,7	65,6	
Gestão					0,026			<0,001
sim	428	81.561	18,8	22,4		30,7	24,8	

não	1.227	261.015	81,2	77,6		69,3	75,2
Graduação Presencial					0,229		0,026
sim	1.583	328.963	96,3	95,3		95,2	96,5
não	72	13.613	3,7	4,7		4,8	3,5
Pós-Graduação à Distância					0,112		0,136
sim	0	978	0,0	0,4		0,0	0,2
não	1.655	341.598	100,0	99,6		100,0	99,8
Pós-Graduação Presencial					<0,001		0,988
sim	158	45.944	15,4	25,0		5,5	5,5
não	1.497	296.632	84,6	75,0		94,5	94,5
Sequencial					0,382		0,89
sim	1	338	0,0	0,1		0,1	0,1
não	1.654	342.238	100,0	99,9		99,9	99,9
Pesquisa					<0,001		0,3
sim	461	103.275	39,8	47,5		19,6	18,3
não	1.194	239.301	60,2	52,5		80,4	81,7

Fonte: INEP. §Pessoa Com Deficiência. *Erro alpha de 5%.

A análise das áreas de atuação agrupadas mostrou a inserção de Pessoa com Deficiência nas atividades da universidade com padrão diferenciado. O tripé ensino, pesquisa e extensão (Três áreas) nas instituições públicas envolveram uma proporção menor de Pessoa com Deficiência (p 0,047). Ao considerar apenas o ensino e pesquisa (Duas áreas), a participação menor destas pessoas se repete (p <0,001). Estas tendências não foram observadas nas instituições privadas, que, contudo, tiveram mais docentes com deficiência trabalhando nas Quatro áreas conjuntamente (ensino, pesquisa, extensão e gestão), porém menos trabalhando no ensino de graduação presencial (p< 0,001) (Tabela 3).

Tabela 3. Pessoas com Deficiência trabalhando na docência do ensino superior, em instituições públicas e privadas, segundo áreas de atuação agrupadas, Brasil, 2018.

	Total de docentes		Docentes de instituição Pública			Docentes de instituição Privada		
	PCD [§]	Outros	PCD [§]	Outros	Valor de p [*]	PCD [§]	Outros	Valor de p [*]
Quatro áreas[†]					0,074			0,016
sim	94	18.688	5,5	7,2		5,4	3,9	
não	1.637	335.853	94,5	92,8		94,6	96,1	
Três áreas[‡]					0,047			0,137
sim	243	51.182	18,8	21,9		10,5	9,2	
não	1.488	303.359	81,2	78,1		89,5	90,8	
Duas áreas^{††}					<0,001			0,341
sim	447	98.900	35,7	42,7		18,5	17,4	
não	1.284	255.641	64,3	57,3		81,5	82,6	

Uma área^{††}					0,211		<0,001
sim	746	161.508	36,4	34,2	48	53,6	
não	985	193.033	63,6	65,8	52	46,4	

Fonte: INEP. [§]Pessoa Com Deficiência. ^{*}Erro alpha de 5%.

[†]Quatro áreas (Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão).

[‡]Três áreas (Ensino, Pesquisa e Extensão)

^{††}Duas áreas (Ensino e Pesquisa)

^{‡‡}Uma área (Ensino Presencial ou à Distância).

Discussão

Este estudo procedeu uma descrição das características gerais de Pessoas com Deficiência que desempenham atividades docentes no ensino superior no Brasil e mostrou que o espaço dessas pessoas na academia é muito pequeno. A prevalência estimada foi de 0,5%, ainda que igualmente distribuídas nas Instituições de Ensino Superior de administração pública quanto nas privadas. Apesar dos oito diferentes tipos de deficiência estarem representados por docentes atuantes na esfera pública, o mesmo não ocorreu na privada, sugerindo que a integração dessas pessoas no ensino superior no Brasil ainda é incipiente e desigual.

A despeito da importância do tema no que concerne a diversidade das pessoas e a inclusão social da Pessoa com Deficiência, a literatura é escassa em termos de estudos sobre essas pessoas trabalhando no ensino superior. Em uma universidade pública do estado de São Paulo com um contingente de 11 mil trabalhadores foi encontrado 5 Pessoas com Deficiência entre os 3.730 docentes, no ano de 2014 (PEREIRA et al, 2017). Os autores constataram falta de precisão nas informações sobre deficiência na documentação consultada. Considerando o contingente (docentes e administrativos) como um todo, o estudo mostrou maior prevalência de deficiência física (62%), seguida de deficiência visual (33%), e auditiva (1%).

No presente estudo, as deficiências físicas, de baixa visão e auditiva prevaleceram entre os docentes, no ano de 2018. De acordo com a releitura do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2018) realizada em 2018, havia, naquele ano, 12,7 (6,7%) milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. As categorias mais frequentemente relatadas também foram a visual (3,4%), seguida de motora (2,3%) e auditiva (1,1%). A análise mostrou que mais de 33% das pessoas de 40 anos ou mais afirmaram possuir algum tipo das deficiências investigadas. Esses achados podem estar relacionados ao processo de envelhecimento, marcado pela perda gradual da acuidade visual e auditiva e redução da capacidade motora adquirida ao longo da vida.

A trajetória para capacitação demandada ao exercício da docência no ensino superior é longa e árdua para qualquer pessoa e desafiadora para as Pessoas com Deficiência. Esse cenário pode parcialmente explicar a baixa prevalência encontrada. Contudo, uma hipótese que deve ser aventada para também explicar números tão pequenos seria a dificuldade em assumir publicamente a própria deficiência, principalmente quando adquirida ao longo da vida. Pessoas que adquirem uma deficiência reagem mais negativamente e manifestam progressivo sofrimento em paralelo à perda de suas habilidades (SANTOS; CARVALHO-FREITAS, 2019). Explicitando a magnitude do problema sobre a origem da deficiência, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 evidenciaram que a deficiência adquirida é o tipo que prevalece na população brasileira (MALTA et al, 2016). O estudo conduzido em uma universidade do estado de São Paulo mostrou que 86% das Pessoas com Deficiência avaliadas adquiriram a deficiência ao longo da vida (PEREIRA et al, 2017).

Apesar da existência de cotas destinadas às ações afirmativas, o processo seletivo para ingresso e suprimento de vagas na docência do ensino superior é estrutural e obedece a uma cultura histórica e legalmente construída no espaço universitário. Por exemplo, mesmo com a recomendação de que 20% das vagas sejam destinadas a pessoas negras (BRASIL, 2014), no geral os concursos para docentes são abertos para um número muito pequeno de vagas, geralmente uma ou duas, e o cumprimento das determinações legais começam a valer a partir de três vagas. O mesmo pode estar ocorrendo com as Pessoas com Deficiência. É importante salientar que a presença dessas pessoas na docência representa o rompimento de barreiras, a ocupação do espaço de direitos, a quebra da invisibilidade e reflete positivamente na formação de referências para toda a comunidade acadêmica, construindo, assim, uma escola melhor para todos (FERNANDES, 2013). Nesse sentido, a universidade precisa investir na desobstrução do acesso e nos mecanismos de permanência dessas pessoas, contribuindo para sua emancipação como agente de produção de conhecimento em igualdade de condições com todos os outros docentes do ensino superior no Brasil (REIS, 2018).

Outro fato que pode estar implicado na baixa prevalência foi a proporção de mais de 10,5% de falta de informação sobre possuir ou não alguma deficiência. Além dos aspectos acima mencionados, uma das grandes questões que impactam na baixa frequência dessas pessoas na docência é o problema do preconceito no ambiente escolar (GIABARDO; RIBEIRO, 2017), o que pode estar levando a omissão de tal informação. Ou seja, apesar de todo o esforço para a inserção de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho, é necessário que ocorra realmente um processo de inclusão com integração (BRITO; MARANHÃO, 2020).

A criação de leis ajuda, mas não é garantia de sucesso no processo. É essencial promover a educação e conscientização de todos os trabalhadores para que a receptividade seja feita de forma natural, na qual todos sejam tratados de forma igual, sem que haja exclusão, seja por achar que Pessoas com Deficiência não são capazes de realizar o trabalho designado (MONTEIRO et al, 2017) ou por tratá-las com piedade ou assistencialismo devido, simplesmente a sua condição (PEREIRA et al, 2017).

Ressalta-se a presença de Pessoas com Deficiência atuando em quase todas as áreas de trabalho isoladamente analisadas, excetuando-se a pós-graduação à distância e os cursos sequenciais. O fato de Pessoas com Deficiência estarem desproporcionalmente representadas, com frequência menor nas atividades de gestão, na pós-graduação presencial e nas atividades de pesquisa sugere possível distribuição seletiva do trabalho no âmbito da esfera pública. Por outro lado, no espaço privado, a desigualdade foi observada nas atividades de gestão e no ensino presencial. Essa realidade seletiva de encargos de trabalho não contribui para a democratização na ocupação dos espaços por essa parcela da sociedade, representando, portanto, mais um desafio a ser superado nesse contexto social.

Considerando a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão que ancora a missão da universidade no Brasil (GONÇALVES, 2015), a análise das áreas de atuação no ensino superior pode ser estratégica para a compreensão de possíveis mecanismos de exclusão de Pessoas com Deficiência que chegam ao ambiente acadêmico. Surpreendentemente, nas instituições públicas, as oportunidades de trabalho do docente com deficiência foram não igualitárias, nas três principais áreas conjuntamente, bem como no ensino presencial e na pesquisa simultaneamente, comparando aos demais docentes. Esta distribuição desigual pode estar relacionada aos desafios visíveis e invisíveis enfrentados na rotina de trabalho dessas pessoas. Assim, persistem questionamentos sobre até que ponto os obstáculos advêm da baixa acessibilidade arquitetural e/ou de tecnologias assistivas impedindo a atividade laboral plena dessas pessoas na docência ou se trata de falta de acessibilidade atitudinal e/ou preconceito no ambiente acadêmico reprimindo o potencial da Pessoa com Deficiência na prática das atividades laborais?

Uma vantagem do estudo foi o enfoque em informações censitárias do ensino superior, as quais são ainda pouco estudadas no Brasil. Isso permitiu fornecer um panorama das características de Pessoas com Deficiência abrangendo a realidade do ensino superior no Brasil. De acordo com o INEP (INEP, 2020), a coleta desses dados é realizada via *web* através de um questionário eletrônico veiculado pelo Sistema Integrado de Informações da Educação Superior

(SIED-Sup). Dessa forma todas as Instituições de Ensino Superior brasileiras respondem anualmente ao questionário que contou, em 2018, com 79 itens que podem subsidiar gestores de políticas públicas, pesquisadores e à população em geral.

Apesar da alta qualidade do processo que envolve os Censos da educação no Brasil, uma limitação do presente estudo deve-se à falta de informação sobre algumas características que também são importantes para delinear o perfil dos docentes. Por exemplo, a distribuição por cor da pele foi restrita a uma parte da população de docentes uma vez que mais de 25% da referida informação estava ausente. Tendo em vista que aspectos étnicos-raciais impulsionam discriminação e preconceito e podem estar afetando a vida dos docentes, é mister incentivar o preenchimento adequado desse campo e proporcionar avaliações mais precisas e uma adequada interpretação da influência da cor da pele na situação dos docentes no Brasil.

Conclusões

O estudo mostrou que a prevalência geral de Pessoa com Deficiência na docência do ensino superior é muito baixa, embora haja representatividade dos diferentes tipos de deficiências em pessoas que executam atividade nesse espaço de trabalho. A distribuição desproporcional desses docentes segundo as áreas de atuação isoladas ou agregadas sugere que iniciativas específicas para Pessoa com Deficiência na docência devem ser implementadas tanto para corrigir as causas da baixa prevalência, quanto para reduzir as desigualdades que estejam influenciando o trabalho do docente.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os benefícios da previdência social e de outras providências. Diário Oficial da União, de 25 de julho de 1991.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 de Dez de 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência). Diário Oficial da União, de 7 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos

públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Publicada em 10 de junho de 2014. Planalto. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm> Acesso em 1 set 2020.

BRITO, R.A.; MARANHÃO, T.L.G. **Os Principais Desafios das Pessoas com Deficiência em adentrar o mercado de trabalho: revisão sistemática da literatura.** Id On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v.14, n. 51, p. 622-645, 2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id>>. Acesso em 10 set 2020.

FARIAS, A.L.S.; SOARES-JÚNIOR, C.A. **Principais impactos da convenção da ONU sobre os direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei 13.146/15 no ordenamento jurídico brasileiro.** Id Online Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 4, n. 52, p.141-157, 2020. Disponível em:< <http://idonline.emnuvens.com.br/id>>. Acesso em 1 set 2020.

FERNANDES, E. **Rogério Junqueira fala sobre a formação e a presença de professores com deficiência nas escolas brasileiras.** Nova Escola, s. 1, p.1-3, 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/706/rogerio-junqueira-fala-sobre-a-formacao-e-a-presenca-de-professores-com-deficiencia-nas-escolas-brasileiras>>. Acesso em 1 set 2020.

GIABARDO, C.S.; RIBEIRO, S.M. **As produções científicas sobre o professor com deficiência.** Revista Educação Especial, v. 30, n. 58, p. 373-387, 2017. Disponível em:< <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em 3 mar 2020.

GONÇALVES, N.G. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário.** Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p.1229-1256, 2015. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em 30 set 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Nota Técnica 01/2018. **Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf>. Acesso em 10 set 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo do Ensino Superior Brasília.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br>>. Acesso em 1 mai 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatos de boas práticas de preenchimento do Censo da Educação Superior.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020,177p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6884465>. Acesso em 20 dez 2020.

MALTA, D.C.et al. **Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3253-326,

2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.17512016>>. Acesso em 15 out 2020.

MONTEIRO DE CASTRO, B.G.S.M.; AMARAL, S.C.S.; BORGES, L.F.C. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: perspectivas sobre a exclusão produtiva.** Revista On Line de Política e Gestão Educacional, v. 21, n.3, p.1433-1447, 2017. Disponível em:< <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/about>>. Acesso em 9 set 2020.

PEREIRA, R.V.; LELIS, H.R. **Igualdade e dignidade humana das pessoas portadoras de deficiência: reflexos da nova lei de inclusão – Lei 13.146/2015 – no âmbito da saúde.** Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais, Brasília, v.2, n.1, p.19-35, jan/jun. 2016.

PEREIRA, C.E.C.; BIZELLI, J.L., LEITE, L.P. **Organizações de ensino superior: inclusão e ambiente de trabalho.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 138, p. 99-115, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-7330&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 set 2020.

REIS, C.A.R. **Múltiplos Olhares dos Docentes Cego e Baixa Visão na Educação Superior: Uma Proposta Universitária.** 2018. 201 f. Saber aberto: repositório institucional da Universidade do Estado da Bahia, Suplem, 2018, p.1-203. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2019/07/dissertação-CRISTINA-novo.pdf>>. Acesso em 1 dez 2020.

SANTOS, J.C.; CARVALHO-FREITAS, M.N. **Processos Psicossociais da Aquisição de uma Deficiência.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, e175434, p.1-16, 2019. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1982-3703003175434>>. Acesso em 10 set 2020.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

NASCIMENTO, Maria Isabel do; FIGUEIREDO, Emily Nelson; COSTA, Juliana dos Santos; TRINDADE, Juliana Garcia Alves de; OLIVEIRA, Thiago Gomes de. **Pessoas com deficiência trabalhando como Docentes na Educação Superior.** *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, Julho/2021, vol.15, n.56, p. 482-494, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 02/07/2021;

Aceito: 07/07/2021.